

Nota do editor: texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

## **MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966**

Osmar Fávero

### **1. Origens**

O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Sua criação foi prestigiada pela Presidência da República e sua execução apoiada por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários. Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas.

O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente. Para tanto, a CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECS – Representação Nacional das Emissoras Católicas, comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes.

As origens do MEB têm sido localizadas nas experiências de educação pelo rádio realizadas pelos bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950. Efetivamente, foi D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, que, a partir da experiência realizada por D. Eugênio Sales na Diocese de Natal e de sua própria iniciativa em Sergipe, formalizou à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, através de escolas radiofônicas.

Estas são as origens próximas do MEB. Remotamente, percebe-se a convergência de várias outras experiências dos anos 1950: Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos e Campanha Nacional de Educação Rural; radiodifusão educativa realizadas pela Igreja Católica na Colômbia, pela Acción Cultural Popular; do Sistema Rádio Educativo Nacional, organizado em 1957 pelo Ministério da Educação e Cultura; esforços governamentais desenvolvidos na área de saúde, principalmente pelo Serviço Especial de Saúde Pública (Departamento Nacional de Endemias Rurais e Departamento Nacional da Criança); desenvolvimento comunitário (associativismo e cooperativismo), na

área de rural, coordenado pelo Escritório Técnico de Agricultura e Serviço Social Rural e executado pela Associação Brasileira de Crédito Agrícola e Extensão Rural.

## 2. Educação de base

Desde sua criação em 1947, a UNESCO promoveu a realização de programas de educação de adultos. Entendia que, nas regiões “atrasadas”, as dificuldades de organização da família e as deficiências dos serviços comunitários dificultavam ou mesmo impediam que as populações pobres adquirissem o mínimo de conhecimentos, hábitos e atitudes que lhes permitissem caminhar na direção de “uma vida mais plena e mais feliz, assim como desenvolver os melhores elementos de sua cultura nacional e facilitar o acesso a um nível econômico e social superior” (Beisiegel, 1974: 81).

A educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através de métodos ativos.

Definindo como objeto da educação de base o conjunto das atividades humanas e recomendando que cada programa deveria ser elaborado a partir das necessidades e problemas mais prementes da coletividade interessada ou a ser motivada, a UNESCO abria um abrangente leque de conteúdos visando à formação de atitudes e transmissão de conhecimentos (Beisiegel, 1974: 81-82):

- 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular);
- 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico);
- 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos);
- 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios;
- 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva;
- 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos);
- 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos);
- 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam;
- 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes;
- 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias.

De acordo com a UNESCO, os programas de educação de base teriam como ideal o ensino fundamental universal, gratuito e obrigatório para as crianças. Sublinhava-se o estreito relacionamento entre a educação das crianças e a educação dos adultos, assim como recomendava-se que, onde existissem escolas tradicionais para crianças, a educação de base deveria dirigir-se aos adultos, sob forma simples e prática.

Os textos da UNESCO não elaboram sobre situações concretas; referem-se ao *desenvolvimento* como decorrente da evolução da sociedade, assumindo o progresso das

nações desenvolvidas como padrão para todos os países. Supunha-se que a melhoria do nível de vida de uma população estava na relação direta do esforço de superação dos problemas locais, a partir da tomada de consciência desses problemas e realização de ações concretas, procurando evitar as enfermidades endêmicas, mediante campanhas de higiene coletiva, na qual a educação sanitária seria correlata ao atendimento médico e ao saneamento básico; ajudar a erradicar o desperdício dos recursos naturais gerado pela prática de técnicas agrícolas depredatórias; adquirir hábitos de leitura, escrita e cálculo; e utilizar melhor as oportunidades de lazer.

Explicitando a relação entre a educação de base e o nível de vida das populações, a UNESCO assumia um conceito parcializante de desenvolvimento e uma visão ahistórica e tópica da realidade. Embora insistisse em que a alfabetização era apenas um dos conteúdos da educação de base (mas colocando-a, na prática, invariavelmente em primeiro lugar), a constatação dos altíssimos índices de analfabetismo entre as populações adultas das regiões ditas “atrasadas” e a correlação estabelecida, na década de 1950, entre o analfabetismo e o nível de desenvolvimento econômico, passaram a apontar o analfabetismo como a expressão mais aguda do atraso dessas regiões e países. Era um cancro que deveria ser extirpado, como havia dito Miguel Couto, nos anos de 1920, fazendo-se para isto uma mobilização nacional. Conforme Beisiegel (1974:82-83):

Da insistência inicial em torno da necessidade de implantação da *educação fundamental* para todos, crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos, os interesses da organização se deslocam, rapidamente, para a *educação de adultos analfabetos* – aliás, a temática que mais sensibilizava os governos dos países membros com elevadas taxas de analfabetismo. O analfabetismo entre as populações adultas, um fenômeno que inicialmente se entendia como expressão de uma situação de atraso educacional, passa, cada vez mais, a apresentar-se como uma deficiência a ser eliminada. (grifado no original).

As várias campanhas desenvolvidas nesse período filiavam-se também à ideologia do desenvolvimento comunitário, como auto-ajuda nas comunidades e colaboração entre instituições. É forte o vínculo da Igreja católica com essas iniciativas; vários bispos atuavam como executores de convênios entre suas dioceses e os organismos citados. É nessa conjuntura que nasce a idéia das emissoras rurais, peça fundamental do MEB e das escolas radiofônicas.

### **3. Primeiros objetivos e meios de ação**

O primeiro objetivo do MEB era "ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada". Explicitava: "Entende-se como educação de base o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades" (MEB, 1965:19).

Visando realizar esse objetivo, propunha-se a:

a) executar, naquelas áreas, programa intensivo de: alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social;

b) suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País;

c) velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (MEB, 1961:23).

É proposta também uma primeira síntese do então chamado "sistema de escolas radiofônicas":

- a) Equipe Local (ou Central), constituída junto a uma emissora, em geral de propriedade da Igreja e sob responsabilidade do Bispo Diocesano, compreendendo coordenação e apoio administrativo, supervisores responsáveis pela escolha e treinamento dos monitores e pelo funcionamento das escolas; professores-locutores, encarregados da produção e emissão de aulas e outros programas educativos. Os elementos dessa Equipe, antes de iniciarem o trabalho, eram treinados e selecionados pela Equipe Técnica Nacional.
- b) Monitores, elementos da comunidade, que desenvolviam trabalho voluntário e gratuito, na instalação da escola, matrícula dos alunos, controle de sua freqüência, auxílio aos alunos para o aproveitamento das aulas radiofonizadas, aplicação de provas, envio de relatórios mensais sobre o andamento da escola. Fixava-se como requisito mínimo que soubessem ler e escrever e demonstrassem capacidade para seguir as instruções das aulas radiofonizadas. Eram treinados para suas funções e apoiados pelos supervisores, inclusive nos trabalhos comunitários. Para isto, desejava-se que tivessem liderança efetiva, ou pelo menos potencial, e cuidava-se de sua capacitação e promoção.
- c) Escolas radiofônicas, que funcionavam em escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim e sobretudo nas casas dos próprios monitores, de acordo com a tradição das escolas de "professores leigos", com instalações pobres: mesa e bancos de madeira rústica. O MEB forneceria quadro de giz, rádio-cativo (a pilhas e sintonizado apenas na estação que transmitia as aulas e os programas educativos) e lampião de querosene, cartilhas e livros de leitura. As emissões eram feitas no começo da noite e as escolas funcionavam em horário adequado à população rural. Esperava-se que os alunos - adolescentes, jovens e adultos - não só aprendessem a ler, a escrever e assimilassem as noções da educação de base, mas, sob a liderança do monitor, concretizassem essa educação executando tarefas diversas na comunidade: campanhas de filtro, fossa, vacinação, registro civil... Esperava-se ainda que se comprometessem com outros trabalhos de desenvolvimento comunitário: organização de clubes, grupos de representação ou organizações de classe.

A proposta inicial do MEB, retomava em grandes linhas o conceito tradicional de educação de base, justificado pela Igreja católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas. Essa proposta insere-se na tomada de consciência, por parte da Igreja, do subdesenvolvimento e da necessidade de sua superação. Em

decorrência, o MEB foi criado, em colaboração com o Estado, para concretizar sua presença no social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo. Para a Igreja colocava-se nesse momento o problema das “reformas de base”, entendendo de modo específico as causas estruturais do subdesenvolvimento e, a partir daí, formulando proposta de superação da crise brasileira.

Quanto ao conceito de desenvolvimento, na segunda metade dos anos 1950, o Brasil vivenciou o projeto nacional-desenvolvimentista que, segundo Cardoso (1972: 331), "assumiu o papel de ideologia dominante, tomando sua forma mais precisa e mais global". Como ideologia, era progressista, na medida em que propunha o crescimento econômico fundado na industrialização. Entendia-se que o atraso do país em relação aos países desenvolvidos e a miséria de grande parte da população tinham origem na ênfase historicamente concedida à exportação dos produtos primários. Para superar esse atraso, seria necessária integração mais dinâmica no sistema capitalista internacional. Supunha-se que a industrialização era suficiente para resolver todos os males da nação; em decorrência, sacrificava a solução dos problemas estruturais, causas profundas da miséria de amplas camadas da produção, principalmente no Nordeste. Por outro lado, situando-se no âmbito mais geral da ideologia do desenvolvimento, assumia a manutenção da ordem existente como pressuposto fundamental, reduzindo-se a um processo de aperfeiçoamento e expansão dessa ordem. Em sentido profundo, a ideologia desenvolvimentista era conservadora e o crescimento econômico processo extremamente concentrador. Era setorial porque, privilegiando apenas algumas áreas consideradas dinâmicas, não pretendia nem conseguia equacionar e resolver os problemas que se manifestam em outras, em especial na agricultura. Era regional, porque polarizava o crescimento econômico em alguns estados do Centro-Sul, intervindo em outros estados apenas para minorar situações de emergência.

A Igreja católica, principalmente através da CNBB e dos bispos mais progressistas do Nordeste, interpretando o que via e sentia nas bases, criticava essa visão, propondo:

a) tornar o homem sujeito do desenvolvimento, recusando o planejamento tecnocrático e o crescimento econômico que, em sua opinião, não consideravam pessoas, mas apenas indivíduos;

b) equilibrar o crescimento econômico urbano-industrial do Centro-Sul com uma ação decisiva na agricultura, em particular nordestina, considerando inadiável a reforma da estrutura agrária.

Promovendo a criação do MEB, aliava-se a Igreja ao Estado na difusão da ideologia da ordem e da segurança, acenando para a diminuição das desigualdades econômicas e sociais através do desenvolvimento. Objetivando a educação das massas para as reformas e para que elas próprias as defendessem de "ideologias estranhas", operava a Igreja no sentido de manter a hegemonia do poder dominante, desde que feitas as necessárias reformas. Assim, "Igreja e povo teriam participação ativa (no poder político), uma unidade inquestionada, mas com tutela da primeira, também foro de legitimidade do governo" (Romano, 1979:188).

Para essa tarefa, todavia, os instrumentos primeiros do MEB eram por demais tímidos. O conteúdo da educação de base, tal como sintetizado em seus primeiros documentos, era impossível de ser desenvolvido nos limites da escola radiofônica, mesmo

contando-se com a grande penetração do rádio no meio rural. Em termos concretos, o MEB corria o risco de ser mais uma campanha de alfabetização - o que justificaria por si só o apoio do Estado - e um novo meio de catequese - o que satisfaria a maioria dos bispos e do clero. Algumas aulas de saúde e associativismo, a divulgação de alguns procedimentos técnicos relativos à agricultura e algumas iniciativas junto às comunidades completariam um programa de massa.

#### **4. Redefinição dos objetivos e dos modos de ação**

No início dos anos de 1960, as crises aumentaram e as contradições começaram a ser exploradas. Desde sua campanha para a Presidência da República, questionando o processo de desenvolvimento em curso, Jânio Quadros catalisou fortemente a oposição à política situacionista e à ideologia que secretava. Criticava o desenvolvimento exatamente porque parcial e desequilibrado e, em sua plataforma política, afirmava pretender "imprimir-lhe uma perspectiva global e estabelecer um equilíbrio compatível com a unidade nacional" (Cardoso, 1972: 282). Para Quadros, era fundamental a modernização da agricultura brasileira e a promoção do bem-estar das camadas populares, principalmente dos pobres do Nordeste.

Por sua vez, as encíclicas sociais de João XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963); o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1963); as mensagens sociais da CNBB (1962 e 1963), na esteira daquelas encíclicas e do clima conciliar, assim como o Plano Pastoral de Conjunto (1962) fixaram nova orientação para a Igreja católica no Brasil. Ao mesmo tempo, encaminhava-se a organização dos trabalhadores rurais, principalmente através das "ligas camponesas" e dos sindicatos rurais.

É preciso considerar ainda que, nesse início dos anos 1960, além do MEB, nasceram os movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil: MCP - Movimento de Cultura Popular (Recife/PE), Campanha "De pé no chão também se aprende a ler" (Natal/RN), CPC - Centro Popular de Cultura, criado pela UNE - União Nacional dos Estudantes, CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos foram realizadas no MCP e sistematizadas no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife; viabilizaram a experiência de Angicos, que projetou Paulo Freire em plano nacional, para a realização do PNA - Programa Nacional de Alfabetização, objetivando alfabetizar cinco milhões de pessoas.

Esses movimentos operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos. Foram propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores, sobretudo pelo compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como por orientarem a ação educativa para a ação política. Em particular, a criação do MEB expressa o deslocamento da Igreja católica em direção às classes populares..

Havendo iniciado seus trabalhos com uma proposta a rigor já superada, o MEB, após dois anos de experiências, no 1º Encontro Nacional de Coordenadores (Recife, dezembro de 1962), reviu os trabalhos realizados, sistematizou e sobretudo fundamentou sua prática. Em consequência, redefiniu seus objetivos e sua metodologia de ação,

integrando-os em nova postura ideológica e ombreando-se com os outros movimentos de cultura popular, com os quais passou a dialogar.

Nessa redefinição, o MEB assumiu nova visão de realidade, com base em nova visão de mundo, a partir de determinado conceito de homem e determinada concepção de história. Para tanto, foi decisiva a atuação de Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J., que desenvolveu vários cursos para a JUC – Juventude Universitária Católica e assessorou a criação da Ação Popular, em meados de 1960. Dois temas por ele desenvolvidos são essenciais para se entender as opções do grupo católico em geral e do MEB em particular:

a) o problema da ideologia na cultura moderna, destacando a influência do cristianismo no aparecimento da "civilização das ideologias" e situando a verdade cristã em face do pluralismo ideológico (Vaz, 1961);

b) as idéias de consciência histórica e comunicação das consciências como característica fundamental da história e da dialética fundada nessa comunicação de consciências (Vaz, 1962).

O conceito de consciência histórica é elaborado por Pe. Vaz (1962:1) com base em dois elementos: a consciência e a realidade histórica. Evita, simultaneamente, a perspectiva idealista (a consciência é o elemento determinante, mesmo decisivo; a realidade é um ser aparente, projetada pela consciência) e a perspectiva determinista-materialista (a consciência é determinada pelas condições da existência material). Em particular, critica e rejeita a teoria da consciência reflexa, por considerá-la incompatível com uma concepção verdadeiramente dialética das relações entre consciência e realidade:

Apenas admitindo que a consciência do homem transcende o mundo, sendo capaz de ter uma visão de totalidade, pode-se entender a história como movimento dialético de compreensão do mundo pela consciência e sua transformação pela ação nascida dessa compreensão. A consciência histórica constitui-se, então, na manifestação de um tipo de consciência que é simultaneamente reflexão sobre as necessidades humanas vitais de uma determinada época, e perspectiva de transformação dessa realidade, no sentido de satisfazer àquelas exigências.

Evitando cair no idealismo, introduz Pe. Vaz o segundo elemento: a realidade histórica é também fundamental na definição de consciência histórica. A existência do mundo é afirmada objetivamente, concretamente, fora da consciência. É um dado que se opõe à consciência, com o qual a consciência deve lutar para compreender e transformar. Trata-se de um mundo-para-o-homem, no qual o homem pode se inserir e nele desenvolver sua existência segundo as exigências mais profundas e fundamentais de sua natureza e de sua própria essência de homem.

Duas outras concepções são rejeitadas: que o mundo evolui segundo leis imanentes, cuja validade é imposta independentemente do fato de ser o mundo-para-o-homem; e que entender o mundo-para-o-homem é uma alienação idealista. A significação do mundo-para-o-homem, em determinada época, é válida se permitir que os homens se comuniquem entre si, que haja um elemento de universalização das consciências e não apenas um impasse pela divisão das consciências. Em decorrência, a compreensão do mundo não pode ser dada pelo indivíduo isolado, mas em comunicação com outros.

Só começa a existir história quando um homem se coloca diante de outro e lhe transmite uma significação que dá ao mundo no qual os dois se encontram. Neste momento, surge uma relação especificamente histórica, porque um homem se comunicou com outro, uma consciência entrou em comunicação com outra, de maneira que a significação do mundo adquirida pelo primeiro homem passa também a ser apreendida pelo segundo, mesmo que seja em termos de imposição, de dominação. (Vaz, 1962:4)

A partir do exemplo clássico da "dialética do senhor e do escravo", explica Pe. Vaz (1962: 4) o conflito de "duas consciências que entram em luta para dar ao mundo uma significação de serviço a uma delas", sendo que "o êxito da luta vai conduzir à servidão de uma das consciências". Com base nesta dialética da dominação, em que o mundo serve de intermediário entre duas consciências em luta, afirma que a dialética de comunicação das consciências exige três termos: duas consciências que se opõem e o mundo que estabelece uma mediação entre essas consciências. E esse mundo deve ser conhecido e transformado com vista à realização plenamente humana do homem.

Em termos da Revelação (para os cristãos), ou justificada pela própria dialética histórica (também para os não-cristãos), o que dá sentido à história humana é o fato de "pouco a pouco, a comunicação das consciências marchar para um reconhecimento total, não em termos de dominação, mas de conciliação" (*idem*, p.4). Pe. Vaz estabelece então a dialética histórica, numa perspectiva cristã, assumida por todo o grupo cristão que se lançou na prática educativa e na prática política dos anos 1960. A dominação é compreendida como uma síntese provisória. A significação, o sentido mais profundo da história, a síntese final, deve ocorrer "em termos de reconhecimento, de reconciliação; em termos de aceitação dos homens: que estes se aceitem entre si, como homens, através de suas exigências mais profundas como pessoas" (*idem*, p.5).

Esses foram os elementos a partir dos quais se construiu o conceito de *conscientização*, tanto no MEB como em outros movimentos de educação e cultura popular e no sistema Paulo Freire. E foram essas as concepções que fundamentaram as opções de todo o grupo católico, da JUC e da Ação Popular, e foram projetadas dentro do MEB no 1.º Encontro de Coordenadores, ocasionando a reformulação de seus objetivos e a reorientação de sua prática.

Essa fundamentação permitiu ao grupo de leigos que provinham dos quadros da Ação Católica encontrar no MEB promissor engajamento, simultaneamente profissional, pastoral e político. A atualização do pensamento da Igreja, sua "reconciliação com o mundo moderno", a valorização explícita do método utilizado pela Ação Católica, a insistência na ação organizada dos cristãos e não-cristãos comprometidos com as tarefas comuns à construção de uma sociedade justa, de um lado; de outro, a visão das condições concretas de miséria da maioria das populações e de exploração e injustiça dos pobres, aos quais as estruturas econômico-sociais e as condições inaceitáveis de existência impediam de ter uma vida humana" (MEB,1961:1) e a emergência das populações rurais foram decisivas na redefinição do MEB.

Se se pode dizer com Beisiegel (1974:161) que: "no âmbito de um projeto de desenvolvimento do Brasil dos anos 1960, que se afirmava comprometido com a 'persistência da sociedade capitalista', criavam-se condições propícias à atuação de grupos



virtual ou de fato já orientados para a mudança do sistema”, pode-se então destacar o grupo católico progressista, em geral, e o grupo do MEB, em particular, como um desses grupos.

## 5. Objetivos redefinidos

Após dois anos de existência e atuando efetivamente em doze estados, com trinta sistemas radioeducativos, o MEB realizou seu 1º Encontro Nacional de Coordenadores, cuja agenda previu três momentos: fundamentação, revisão e planejamento.

No primeiro momento, foram discutidos três temas de fundamentação: realidade brasileira, enquadrada na realidade internacional; educação, na perspectiva da consciência histórica do Brasil atual; processo de *conscientização*. Essa discussão representou uma oportunidade do MEB atualizar-se com a reflexão teórica exposta e, simultaneamente, fazer uma opção político-ideológica, comprometendo-se explicitamente com o movimento social, ao lado das classes populares.

Como consequência dessas discussões decidiu-se: centrar o trabalho na *conscientização*, entendida como "processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir da consciência crítica da realidade". A *conscientização* deveria ser dinâmica e provocar engajamentos que visassem à transformação radical da realidade. Como processo educativo, deveria levar uma mensagem, o que acarretaria ser informada por um "corpo coerente de valores". Estava clara a natureza do não-diretívismo do MEB: esses valores não deveriam ser impingidos, mas, "pelo diálogo e pela ação refletida, ser descobertos em conjunto com o grupo que se estava conscientizando". Mas não se tratava de um processo espontâneo; muito menos de um processo educativo sem objetivos. O importante seria não impingir, não impor, e sim dialogar, descobrir em conjunto, na prática refletida.

Estava clara também a necessidade da formulação de uma ideologia - entendida como um conjunto sistematizado de valores, expressão de um grupo situado no tempo e no espaço, envolvendo uma compreensão do homem, uma visão do mundo e um sentido da história. Afirmava-se que essa ideologia não seria formulada apenas pelo MEB, mesmo que ele efetivamente viesse a ser um "movimento do povo"; nem só pela Igreja católica. Reafirmava-se não se tratar de uma ideologia cristã, mas do esforço de todos os homens na construção de uma sociedade mais humana, na qual os princípios fundamentais do Cristianismo fossem concretizados e a mensagem evangélica vivida.

Era uma visão cristã da história; idealista, sem dúvida. Mas, a partir dela, o grupo cristão dito “radical” apontava na direção de um projeto “socialista”, mesmo que para alguns fosse somente "não-capitalista", ou apenas de "mundo em socialização". Esse grupo não queria também comprometer a Igreja com seu projeto, mas pedia liberdade para defini-lo e experimentá-lo no MEB e com aqueles que pretendia conscientizar, articulando-o em instâncias maiores. Por isso, colocaram-se desde o 1º Encontro duas questões fundamentais, ligadas ao desencadeamento de um processo de *conscientização* por um movimento diretamente dependente da hierarquia católica: deveria o MEB permanecer oficialmente sob a responsabilidade e orientação última do episcopado? Concretamente, era ou não confessional o MEB? Essas questões não foram, nem poderiam ser

integralmente respondidas nesse Encontro e vão ser o pomo da discórdia, principalmente após o golpe militar de abril de 1964, entre leigos e bispos. Só mais tarde foram entendidas, em toda sua complexidade, que postura política a *conscientização* encerrava e os problemas que dela adviriam para a pastoral da Igreja. (Vaz, 1968)

O MEB assumiu a *conscientização* como seu objetivo principal com toda a força que tinha na época. No segundo momento do 1º Encontro, realizou-se minuciosa revisão dos objetivos, métodos e técnicas até então assumidos ou utilizados. Essa revisão, feita à luz dos temas de fundamentação e a partir da nova forma de apreensão da realidade, significou uma fecunda troca de experiências entre os participantes e possibilitou proceder-se à redefinição do próprio Movimento,.

Fixou, então, como objetivo primeiro:

Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção que leve a uma transformação de mentalidades e estruturas. (MEB, 1962)

Afirmando que essa transformação se afigurava urgente naquele momento, para atingir esse objetivo propunha-se a fazer um trabalho de educação de base que passaria a consistir em:

- a) Alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere: à saúde e à alimentação (higiene); ao modo de viver (habitação, família, comunidade); às relações com os semelhantes (associativismo); ao trabalho (informação profissional); ao crescimento espiritual.
- b) Conscientização do povo, levando-o a: descobrir o valor próprio de cada homem; despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação; buscar soluções, caminhando por seus próprios pés; assumir responsabilidades de soerguimento de suas comunidades.
- c) Animação de grupos de representação, promoção e pressão.
- d) Valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo (MEB, 1962).

No intuito evidente de manter-se como movimento educativo e de conservar a designação inicial, o MEB reelabora o conceito de educação de base:

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de auto-conscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro. (MEB, 1962).

No mesmo impulso, ocorrem ainda a sistematização dos procedimentos utilizados para a instalação e o funcionamento das escolas radiofônicas e a reorientação desses procedimentos, visando tornar essas escolas e os demais grupos de base independentes das

paróquias. Da mesma forma, a complementação do trabalho das escolas, a ser realizada pelos clubes (de mães, de jovens etc.) e principalmente a ação a ser desenvolvida junto aos sindicatos rurais, conselhos de comunidades e comitês de ação popular começam a delinear uma linha de ação política. Toda essa postura é concretizada no modelo pedagógico que é desenvolvido em 1963, em particular no material didático, com a produção do livro de leitura *Viver é Lutar*.

## 6. Cultura e cultura popular

Desde sua criação, referiu-se o MEB à cultura, por influência daqueles que conheciam as discussões e as experiências de movimentos europeus, particularmente do PEC - *Peuple et Culture*, da França. O 1º Encontro, consignando "a valorização da cultura popular" como um de seus objetivos específicos, se restringiu a considerar as manifestações da arte e da cultura do povo - manifestações essas que vão se constituir em idéias-chave de várias lições do livro de leituras *Viver é lutar*. Por sua vez, os textos preparados para os professores-locutores, visando apoiar a produção das aulas radiofonizadas, reproduzem, a título de fundamentação (MEB, 1964), o conceito, os aspectos e as propriedades da cultura expressos por Pe. Vaz.

Ao lado de consciência e ideologia, o tema cultura é fundamental na reflexão de Pe. Vaz. Ele a considera "a forma concreta da consciência histórica numa determinada época", não somente enquanto "criação dos homens nesse tempo, mas também enquanto é compreendida e vivida por esses mesmos homens" (Vaz, 1963: 2ª aula, p.1-2). Pela consciência histórica, o homem reconhece o mundo humano; pela cultura o constrói, afirmando-se nele como homem. Do ponto de vista filosófico-antropológico, a natureza exprime o que é dado ao homem; a cultura, o que é por ele feito. O mundo de cultura é, assim, o mundo propriamente humano: "toda a possibilidade para o homem está em relação direta com a possibilidade de criar cultura e de apreender o sentido das obras culturais do mundo em que vive" (Vaz, 1963:2.ª aula).

Considera Pe. Vaz que a consciência contém dois planos, que se interceptam: "da intenção, sempre em luta, voltada para alguma coisa, tendo algo a enfrentar; e da expressão, que se constitui na recriação, na forma nova que o homem dá ao objeto do qual tem consciência, para comunicar aos outros homens" (Vaz, 1963:1.ª aula, p.1). Em correspondência, a cultura tem dois aspectos: objetivo, que diz respeito à forma, "enquanto a obra da cultura encerra uma significação para o homem"; subjetivo, que expressa a realização do homem através das obras culturais, ou seja, a ação humanizadora da cultura. E, do mesmo modo que a consciência é sempre intenção-expressão, também "a cultura conjuga dialeticamente dois momentos análogos aos momentos de intenção e expressão da consciência, no próprio processo histórico: realização do homem e do mundo humano; personalização e socialização" (AP, 1962:7). O aspecto subjetivo, por sua vez, se desdobraria em duas dimensões, cuja origem é mesma e única - o ato de transformação dialética do mundo: dimensão da consciência, englobando idéias, valores, projetos; e dimensão do agir, que compreende os instrumentos e as técnicas de transformação do mundo (MEB, 1965:1). Com base nesses elementos, propõe Pe. Vaz (1963:64) uma definição de cultura que passa a ser reproduzida e utilizada largamente tanto pelo MEB como pela AP:

Cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, constituindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas, e realizando-se como homem neste mundo humano.

A tarefa de criação cultural teria, então, duas direções: transformação da natureza e comunicação com os outros homens. A primeira direção sintetiza o aspecto da cultura como luta; é tarefa concreta em relação à natureza e o trabalho propriamente dito. A segunda, se identifica com a palavra: "Toda obra de cultura é uma palavra dirigida ao outro" (Vaz, 1963, 4.<sup>a</sup> aula).

O MEB assumiu integralmente essa perspectiva e, como fez com o conceito de educação de base, relacionou o significado da cultura popular à *conscientização*, tendo em vista a opção por um projeto histórico de transformação:

Como a integração de todos os homens na mesma cultura vincula-se a uma transformação dos padrões econômicos, políticos e sociais, a cultura popular está também vinculada à realização de um projeto histórico que pretenda aquelas transformações. Um projeto histórico condizente com uma cultura elaborada e participada por todos. Um projeto que possibilite a todo o povo assumir o seu papel de criador e sujeito de cultura da sociedade em que vive.

Sendo assim, pode-se dizer que cultura popular não é um fenômeno neutro, indiferente. Ao contrário, nasce de um conflito e nele desemboca, pois ela existe e se apresenta sempre em termos de libertação, de promoção humana, no sentido mais amplo. Donde se conclui que não é possível um trabalho de cultura popular desligado do processo de conscientização. E, por estar ligada a este processo, é que ela deve levar sempre a uma opção. Deve dar possibilidades de opção ao povo, embora não possa impor essa opção, porque ela deve ser encontrada pelo próprio povo. Esta opção decorre da plena consciência que o homem adquire das diferenças e desníveis entre os grupos que formam a sociedade e da necessidade de uma transformação dos padrões culturais, políticos, sociais e econômicos que os determinam. (MEB, 1965: 9)

Os temas cultura e cultura popular veiculados pelo MEB, colocavam-se entre os mais discutidos e divulgados nos e entre os movimentos de educação e cultura popular do início de 1960. Além da produção do Pe. Vaz, assumida pela AP e pelo MEB como orientação para os militantes e agentes, a fundamentação teórica do sistema Paulo Freire foi divulgada intensamente por todo o país, a partir do segundo semestre de 1963 e principalmente no início de 1964.

Em termos político-ideológicos, em uma reunião preparatória ao 2.º Encontro Nacional, realizada em janeiro de 1964, reviu-se o caminho percorrido e os problemas surgidos nas emissões radiofônicas e demais trabalhos de *conscientização* (treinamentos, cultura popular, sindicalismo rural), e as principais questões levantadas pelos bispos da área de atuação do MEB, discordantes das atitudes decorrentes da opção tomada. À luz dessa revisão e frente à natureza daquelas questões e daqueles problemas, discutiu-se a

necessidade do projeto educativo do MEB vir a integrar-se num projeto político mais amplo. Evidentemente a AP era o conduto mais próximo e a alternativa mais convincente.

## 7. Expansão, crise e reorientação dos trabalhos

Em decorrência da redefinição de seus objetivos, o MEB reformulou radicalmente sua prática e reorientou-a na direção política comum aos movimentos de cultura e educação popular do período. O ano de 1963, quando recebeu significativo aporte de recursos financeiros, permitiu a maior expansão das escolas radiofônicas e o maior número de alunos e grupos atendidos. No período 1961-1966, foi a seguinte a abrangência do MEB, de acordo com seus próprios relatórios:

- a) O número de escolas radiofônicas variou de 2.687, em dezembro de 1961, ao máximo de 7.353, em setembro de 1963. A ampliação do noticiário oficial “A Voz do Brasil” de 30 para 60 minutos, em meados de 1963, comprometeu o melhor horário para as aulas e ocasionou uma queda brusca no número de escolas: 5.573 em dezembro de 1963. Em março de 1964, no entanto, eram novamente 6.260 e, apesar de todas as crises, em dezembro de 1965 ainda existiam mais de 4.500 escolas radiofônicas.
- b) No início de 1964, ponto alto das estatísticas, o trabalho era realizado em 14 Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e no Território de Rondônia. Nessas unidades da federação, funcionavam 60 Sistemas de Educação de Base e igual número de Equipes Locais, atingindo cerca de 500 municípios, em 1963.
- c) As Equipes Locais reuniam cerca de 500 pessoas, entre pessoal administrativo e técnico, inclusive supervisores municipais. Por sua vez, o Secretariado Nacional, com sede no Rio de Janeiro, contratava outras 50 pessoas, quase todas em tempo integral.
- d) Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização, dos quais quase de 120 mil só em 1963. 29 emissoras irradiavam programas e aulas do MEB, estimando-se de 5 a 8 milhões de pessoas direta e indiretamente atingidas por essas emissões.
- e) No período estudado, foram realizados 35 treinamentos para 871 professores, supervisores e animadores das Equipes Locais, numa média de dez dias por treinamento. E, de 1961 a 1965, 518 treinamentos para 13.771 monitores de escolas radiofônicas e animadores do grupo de base, com duração média de quatro dias por treinamento.

Fato marcante no período foi a elaboração, durante de 1963, do livro de leitura *Viver é lutar*, para recém-alfabetizados das escolas radiofônicas do Nordeste, com forte conteúdo de conscientização. A apreensão de parte de sua edição, pela polícia política do então estado da Guanabara, cujo governador era Carlos Lacerda, em meados de fevereiro de 1964, desencadeou uma campanha contra os “bispos progressistas”, com grande repercussão em todo o MEB. Apesar da defesa intransigente do material feita pelo

Presidente do MEB no inquérito policial, o golpe militar de abril de 1964 não só acarretou a suspensão da utilização desse livro de leitura, como também cortou a perspectiva política, desencadeando uma onda de denúncias e repressão policiaesca, por parte do Estado e aguçando o controle ideológico da hierarquia sobre o MEB.

Mesmo assim, em 1965 o MEB conseguiu retomar parte dos trabalhos, sistematizar um original programa para as escolas radiofônicas, para uso de novo Conjunto Didático *Mutirão*, e aprofundar o contato direto com os grupos locais. As atividades que melhor expressam essa reorientação, para além das escolas radiofônicas, são a animação popular e o treinamento de líderes, cujas experiências mais significativas foram desenvolvidas em Goiás e no Maranhão. O MEB/Goiás, inclusive, desenvolveu um conjunto didático próprio, *Benedito e Jovelina*, no qual incorporou não só sua experiência anterior, referido ao programa nacional elaborado para 1965, como também a sistemática de alfabetização proposta por Paulo Freire.

Embora o MEB tenha reduzido bastante a radicalidade de modo de trabalho e perdido muito de sua vitalidade, e mesmo apesar da crise de 1964, o período 1961-1966 é seu período áureo, com experiências práticas e produção teórica sem igual até hoje.

#### Referências bibliográficas

- AP (1963). Ação Popular. *Cultura popular*. s.n.t. mimeo. (Doc. 4/63)
- BEISIEGEL, Celso de Rui (1974). *Estado e educação popular*; um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira .
- CARDOSO, Míriam Limoeiro (1972). *Ideologia do desenvolvimento; Brasil: JK-JQ, 1955-1962*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular*; análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006.
- KADT, Emanuel. *Católicos radicais no Brasil*. Brasília: INEP; João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.
- MEB (1961). *Documentos de Roma*. Rio de Janeiro: MEB, 1963, mimeo.
- MEB, (1962) . *Conclusões*. Encontro Nacional de Coordenadores (1.º: 5 a 15 dez.: Recife).
- MEB (1964). *Fundamentação*: textos para fundamentação filosófica dos livros de leitura *Saber para viver e Viver é lutar*. Rio de Janeiro: MEB, mimeo.
- MEB (1965). *Fundamentação do programa para 1965 – 1.ª parte*: Estudos Sociais, 1.1 Cultura. Rio de Janeiro: MEB, mimeo.
- MEB (1966). *MEB em cinco anos – 1961/1966*. Rio de Janeiro; MEB, 2 v.
- PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2003.
- RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. *Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1985.

ROMANO, Roberto, (1979). *Brasil; Igreja contra Estado; crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós.

VAZ, Henrique de Lima, S.J., (1961). *Ideologias contemporâneas*. Transcrição das aulas do curso realizado durante o 1.º Seminário Nacional de Estudos da JUC. Santos, 10 a 28 de fevereiro de 1961, s.n.t., pag. irreg., mimeo.

----- (1962). *Uma reflexão sobre a ação e a ideologia. Transcrição de exposição oral no Encontro de fundação da AP. Belo Horizonte, junho de 1962, s.n.t., mimeo.*

----- (1963). *Consciência histórica e cristianismo*. JUC, III Seminário Nacional de Estudos, Aracaju, SE, fev., mimeo.

----- (1968). A Igreja e o problema da conscientização. *Revista de Cultura Vozes*, jun. n.6, p. 483-493.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar*. Educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.